

Braga acolheu encontro internacional

Ordem dos Engenheiros define mobilidade como grande prioridade

DANIEL LOURENÇO

A simplificação dos processos burocráticos entre os países, tendo em vista uma maior mobilidade dos engenheiros no espaço ibero-americano é uma das prioridades da Ordem dos Engenheiros de Portugal. Esse foi o principal tema de debate durante 4.º Encontro das Associações Profissionais de Engenheiros Cívicos dos Países de Língua Oficial Portuguesa e Castelhana, que ontem se realizou na Colunata de Eventos do Bom Jesus, em Braga.

O bastonário da Ordem

dos Engenheiros apelou à necessidade de um entendimento entre as associações profissionais de todos estes países, numa lógica de reciprocidade, o que ainda não acontece, por exemplo, com o Brasil.

Segundo Carlos Matias Ramos, é precisamente no Brasil onde os engenheiros civís portugueses têm mais dificuldades em trabalhar, devido aos entraves colocados no reconhecimento dos seus diplomas. Com países como a Colômbia, ou o Peru, por exemplo, «existem acordos».

«Com o Brasil tem sido difícil, pois as exigências

são maiores: o registo definitivo de um engenheiro português no Brasil só é possível com o reconhecimento do diploma por parte de uma universidade brasileira. E isto tem dificultado muito o processo de integração e entrada no mercado de trabalho», explicou, o bastonário, sublinhando, que é de todo o interesse para o Brasil ter engenheiros portugueses a trabalhar lá, uma vez que é um país com necessidade deste tipo de mão de obra qualificada.

O assunto foi tratado ontem, com os representantes brasileiros, presentes



Carlos Matias Ramos, bastonário da Ordem dos Engenheiros

no encontro.

Por outro lado, Carlos Matias Ramos realçou que a relação da Ordem dos Engenheiros com as congéneres de Angola, Cabo Verde e Moçambique «é excelente».

No final do encontro foi aprovada a Declaração de Braga, um documento com 12 pontos, que compromete todas as organizações profissionais dos países

envolvidos em desenvolver ações nos respetivos países de modo a garantir que cada uma das Associações seja reconhecida como parceira no debate e na definição dos programas de desenvolvimento sustentável.

As organizações comprometem-se ainda a analisar o enquadramento do exercício e das competências profissionais exigidas

em cada um dos países, com vista a estabelecer critérios objetivos de reconhecimento mútuo com vista à mobilidade dos engenheiros civís. E, nesse sentido, assumem a constituição de grupos de trabalho para proceder ao diagnóstico da situação real do exercício da profissão de engenheiro civil em cada um dos países integrantes deste conselho.